

Sabia que o Governo pretende privatizar a nossa água?

De forma quase silenciosa, os sucessivos governos, com particular destaque para o actual, têm vindo a criar as condições institucionais, jurídicas e materiais para a privatização da água.

Sete «pecados mortais»

1. Afastar os municípios das actividades de captação, distribuição e tratamento de água e liquidar a sua autonomia na fixação dos preços.
2. Concentrar todas as actividades nos sistemas multimunicipais, controlados maioritariamente pelo grupo Águas de Portugal, empresa que o actual governo pretende alienar em bolsa.
3. Formação de monopólios regionais através da fusão dos sistemas multimunicipais e posterior entrega ao sector privado.
4. Estímulo à concessão ao sector privado da distribuição de água, estando já em curso a privatização da empresa pública Aquapor, empresa que presta serviços a cerca de 345 mil pessoas em 24 municípios.
5. Criação do mercado da água, por via da emissão e comercialização de "títulos de exclusividade" de uso e acesso à água e aos terrenos e também de títulos de poluição da água.
6. Impor, sob o pretexto da escassez e da utilização racional da água e de equiparação de preços, a aplicação do princípio da recuperação total dos custos, situação que conduzirá a um brutal e generalizado aumento do preço da água.
7. Reforçar, sob a capa de uma «mercantilização amistosa da água», os poderes da Entidade Reguladora das Águas e Resíduos, com o objectivo de facilitar a privatização e proteger as empresas contra condições adversas.

A entrega da água às regras de mercado e do lucro visa transformar o princípio da água para todos em água para quem puder pagar.

Este é um caminho que põe em causa o Poder Local Democrático, os direitos das populações e de milhares de trabalhadores que operam nos serviços de água e que ao longo de décadas têm colocado a sua experiência e saber ao serviço de todos.

Está nas nossas mãos impedir que as futuras gerações nasçam e cresçam com a água privatizada, desconhecendo a importância de manter em mãos públicas um bem indispensável à vida.

22 DE MARÇO
DIA MUNDIAL DA ÁGUA



Água fonte de vida
Direito de todos

A água é um bem essencial à vida, um direito fundamental e a sua gestão diz respeito a todos!

Exija serviços públicos de qualidade!

A gestão pública da água traduziu-se, ao longo dos anos, numa melhoria inequívoca da qualidade de vida das populações, garantindo gradualmente o direito de todos ao acesso a este bem essencial à vida humana.

Diga não ao comércio da água!



água
é de todos

não
o negócio
de alguns



Pelo direito à água
Por uma gestão pública de qualidade

exigimos!

A consagração da propriedade comum da água e da igualdade de direito ao seu usufruto como direito de cidadania.

A garantia do acesso de todas as pessoas à água potável como serviço público.

A manutenção dos serviços de água sob propriedade e gestão públicas e sem fins lucrativos.

O enquadramento legal, institucional e de administração económica que garanta de facto o direito de cada pessoa à água, à saúde e à natureza.

A gestão integrada da água como responsabilidade pública inalienável, assegurada por legítimos representantes dos cidadãos, visando a melhoria do bem-estar comum da população actual e das gerações vindouras.

Serviços públicos de água competentes, transparentes e funcionais dotados dos recursos necessários.

Uma gestão da água baseada num planeamento participado e democrático.

Diga não
à privatização
da água

Abaixo assinado em

www.stal.pt
<http://aguapublica.no.sapo.pt/>
www.cgtp.pt



10 razões para dizer não à privatização da água

- 1. Água mais cara** A maximização do lucro, objectivo central das empresas privadas, implica que o preço da água, de tarifas, taxas e de construção de ramais de ligação é sempre mais elevado do que seria necessário.
- 2. Exclusão dos mais pobres** O acesso à água fica dependente da capacidade económica de cada um, condenando os mais pobres a consumir água sem qualidade.
Aumentam os cortes de água.
Os grandes consumidores são beneficiados em detrimento dos consumidores domésticos.
As “zonas menos rentáveis” são abandonadas.
Os preços sociais, serviços gratuitos e fontanários públicos desaparecem.
- 3. Perda de controlo democrático** O interesse público é subordinado aos interesses privados e às suas prioridades.
O direito de participação na política de abastecimento de água desaparece.

4. Falta de transparência As empresas privadas existem para dar lucros aos accionistas, não para servir os cidadãos.
Os lucros e o património público servem para financiar actividades especulativas.
A informação que antes era pública, torna-se confidencial.

5. Degradação da natureza e da qualidade da água
Diminuem as despesas de exploração, manutenção e reabilitação das infra-estruturas e o cumprimento de padrões ambientais.
A gestão da água é submetida à lógica de fomento dos consumos, como forma de maximização dos lucros.

6. Negócio privado à custa de todos Enquanto os lucros, obtidos na base da venda de um bem público, beneficiam alguns, os custos acabam por ser pagos pelos contribuintes e consumidores.

7. Um processo difícil de inverter A privatização dos serviços de água por 30/40 anos torna a sua recuperação para o domínio público uma tarefa complexa e dispendiosa.
A perda de conhecimento e experiência do sector público torna ainda mais difícil a sua reversão.

8. Destruição de postos de trabalho e perda de direitos
O aumento da subcontratação contribui para a degradação das condições de trabalho.

Os empregos estáveis dão progressivamente lugar a empregos precários. Em nome do lucro, reduzem-se ao máximo os postos de trabalho e eliminam-se direitos sociais.

9. Prejuízos para a economia local As grandes empresas da água recorrem preferencialmente às suas filiais de consultoria, de construção, de fornecimento de equipamentos e materiais, deixando de recorrer aos pequenos e médios empresários locais.
A proximidade dos serviços é sacrificada: áreas como a gestão de pessoal, facturação, atendimento, piquetes são centralizadas.

10. Privado não é mais eficaz que o público Ao contrário do que se afirma, não existe nenhuma evidência da superioridade da gestão privada de serviços de abastecimento de água e saneamento relativamente à gestão pública.

Lucros privados à custa de todos

Seja na fase preparatória da privatização ou depois, as consequências deixam poucas margens para dúvidas:

ANTES...

Azambuja

“(...) A Câmara está a levar a efeito obras de requalificação urbana (...). Este facto tem sido muito comentado pela oposição e por muitos habitantes, que se questionam sobre afinal o que vai fazer a empresa que ganhar a concessão. Facturar e cobrar? (...) Os aumentos previstos para 2007 e 2008 que são de 15% por cada ano, e 10% para 2009.

Jornal Correio da Azambuja

DEPOIS...

Paços de Ferreira

Empresa – AGS/Somague
“(...) Actualmente, a ligação aos ramais públicos custa 1500 euros para casas unifamiliares já existentes e dois mil em casas construídas recentemente”.

Jornal de Notícias

Santo Tirso

Empresa – Indáqua, SA
“De acordo com as tarifas aprovadas para 2007, o valor mínimo da ligação mais a instalação da caixa ronda os 680 euros, ou seja cerca de 136 contos.

Vários

Barcelos

Empresa - AGS/Somague
“Só nos últimos cinco anos as Águas de Barcelos aumentaram o preço da água para o consumidor em cerca de 80 por cento”

Jornal Regional.com

Paredes

Empresa – Générale des Eaux
« (...) Paredes poderá ser a primeira autarquia no país a pôr termo a um contrato de concessão das redes de água e saneamento. (...) O documento, que está na origem do diferendo com a autarquia, previa, num espaço de quatro anos, aumentos de preços de cerca de 70 por cento”.

Público

Santa Maria da Feira

Empresa – Indáqua, SA
“A Câmara Municipal de Santa Maria da Feira aprovou as alterações ao contrato com a Indáqua, a concessionária do sistema de água e saneamento do concelho. Os accionistas da empresa deverão registar, até ao final da concessão, 340 milhões de euros em dividendos. (...) E mesmo quem não se ligar à rede pública de água e de saneamento, vai também passar a pagar, obrigatoriamente, a designada “taxa de rede””.

Jornal de Notícias

Os fabulosos lucros da água!



Em França

Um estudo promovido pela Associação de Consumidores Franceses – “UFC Que Choisir” – denuncia que o preço da água nas grandes cidades, controlado por empresas privadas, incorpora margens de lucro exorbitantes, oscilando entre os 26% e os 58,7%.

O Instituto Francês de Meio Ambiente conclui que o preço médio do m3 de água é de 2,19 euros/m3 quando gerido por empresas públicas, contra 2,93 euros/m3 quando entregue a um operador privado.

Na Inglaterra

Entre 1989, data da privatização, e 2006, a factura anual da água e saneamento aumentou 245%. Em termos reais, representa um crescimento de 39% acima da taxa de inflação.

www.psiru.org